

Os próximos passos

(Selvino Heck)

“Orelator especial felicita o Brasil pelo notável progresso na realização do direito à alimentação desde 2002. O estabelecimento de leis e instituições que promovem o direito à alimentação obteve resultados significativos na redução da desnutrição e da pobreza, juntamente com a criação e subseqüente expansão do programa Fome Zero e o elogiável apoio à agricultura familiar”. Assim o Relator Especial da ONU, Olivier de Schutter, abre as Conclusões e Recomendações do seu Relatório sobre o Direito à Alimentação, na Missão Brasil, 12 a 18 de outubro/2009. Diz mais: “Um conjunto impressionante de políticas sociais foi agrupado sob a estratégia Fome Zero do governo federal. A dimensão participatória destes programas, em particular por meio do trabalho do Consea, é admirável, e o sucesso do Brasil no combate à fome e à desnutrição, em particular a desnutrição infantil, dá testemunho da contribuição que estas estratégias participatórias podem oferecer para a realização destes objetivos. O Brasil merece elogios por estes esforços.”

Segundo o economista Marcelo Néri, do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas, “a proporção de pobres caiu no Brasil de 30,17% para 18,23% entre 2003 e 2008. Nas crises anteriores, a pobreza nacional não aumentou. Não caiu, porém. Neste 2009, mesmo com a crise, a pobreza apresentou redução média de 1,25%, que pode ser uma estimativa conservadora.”

Tudo resolvido, pois? Não. Vejamos outros dados.

Se a pobreza teve redução em 2009, a desigualdade andou de lado. O Índice de Gini, que quanto mais próximo de zero indica que a distribuição de renda é mais igualitária, ficou em 0,5779 em dezembro de 2009, contra 0,5778 de dezembro de 2008. Ou seja, a pobreza diminuiu, mas a desigualdade aumentou.

Segundo o estudo “Evasão e Equidade na América Latina”, da Cepal, janeiro/2010, “a alta desigualdade distributiva é um dos traços mais característicos da situação social na América Latina. A região apresenta um nível de desigualdade na distribuição pessoal da renda substancialmente maior que as outras regiões do mundo. Mais, registra os menores avanços nesta matéria nos últimos 20 anos”. De acordo com a Cepal, o Brasil, embora o país mais rico do continente, é o de maior desigualdade entre todos da América Latina, perdendo para Venezuela, Uruguai, Bolívia.

Ao lado, portanto, de números e dados altamente positivos, especialmente a partir do governo Lula, outros continuam preocupantes. O que fazer, que medidas tomar, quais são os próximos passos, necessários e urgentes?

Segundo o estudo da Cepal, “faz-se particularmente importante a ação do Estado no que diz respeito às ações distributivas, tanto através do uso de instrumentos relacionados com o gasto público como aqueles que se encontram vinculados com os sistemas tributários. Destaca-se então a necessidade de fortalecer a tributação direta e gerar um melhor balanceamento entre esta e a tributação indireta”.

Olivier de Schutter, no seu Relatório sobre o Direito à Alimentação no Brasil, diz que “grandes desafios, entretanto, continuam a existir” e faz várias recomendações. Convida o governo a incluir em seu processo de regularização das terras indígenas o forte compromisso de reduzir a concentração da terra e garantir um padrão de ocupação efetiva e sustentável na região amazônica.

Mais: “O Brasil deveria rever a estrutura de suas receitas públicas existentes e seus gastos públicos. Só uma reforma tributária invertendo a atual natureza regressiva da tributação poderia permitir que o Brasil afirme o cumprimento da exigência do direito à alimentação e permitiria um progresso ainda maior na luta contra a fome.”

Ainda: “O governo deveria prosseguir e expandir a estratégia para garantir uma redistribuição mais equitativa da terra, aumentando ainda mais o apoio à agricultura familiar, garantindo que receba o apoio necessário para enfrentar os desafios de uma eventual ampliação da liberalização do comércio agrícola.”

Finalmente, “a integração da produção de alimentos e energia deveria ser encorajada a nível local. O Brasil deveria liderar pelo exemplo, realizando uma avaliação de impacto participativa e abrangente dos efeitos da ampliação do comércio internacional na realização do direito à alimentação, assim como dos efeitos distributivos e gerais desta liberalização”.

Nem tudo são flores, pois. Há muito por avançar. Sem a Reforma do Estado, a Reforma Agrária e a Reforma Tributária, o Brasil não alcançará padrões aceitáveis de distribuição de renda, de igualdade econômica e social e de qualidade de vida para brasileiros(as), à altura de um dos países mais ricos do mundo economicamente e hoje reconhecido por sua soberania e capacidade de diálogo na cena internacional.

Selvino Heck é assessor especial
do Gabinete Pessoal do Presidente da República